



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

QUINTA-FEIRA, 07 :: ABRIL :: 2016

cidades

8

# 'Indenizar-se': depoimentos de três vereadores são antecipados

A Polícia Civil e o Ministério Público conseguiram antecipar três depoimentos de vereadores investigados pela 'Operação Indenizar-se', que apura fraudes com o suposto desvio de R\$ 7 milhões em verbas indenizatórias da Câmara Municipal de Aracaju (CMA). Na tarde de ontem, os parlamentares Adelson Barreto Filho (PR), Daniela Fortes (PEN) e Renilson Félix (DEM), cuja ida estava programada para outro dia, se apresentaram na sede do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e à Administração Pública (Deotap), centro da capital, acompanhados por seus advogados. Também compareceram os vereadores Augusto do Japãozinho (PRTB), Ivaldo José (PRTB) e Valdir Santos (PTdo B), que já estavam com suas oitivas marcadas.

De todos estes, Ivaldo foi o único que deu informações à delegada Danielle Garcia, do Deotap, e aos promotores do Grupo de Combate à Improbidade Adminis-

tração. Na saída, o vereador confirmou aos jornalistas que era atendido pelo escritório de advocacia do ex-vereador Alcivan Menezes, cujos contratos com os gabinetes de 15 vereadores estão entre as peças que estão sob apuração do Deotap e do GCia.

"Alcivan Menezes era o meu assessor jurídico, o que todo parlamentar precisa ter. E minha relação com ele era apenas baseada no apoio jurídico. Foi tudo feito dentro da legalidade e estou tranquilo", garantiu Ivaldo, negando ainda que tenha alugado veículos junto à outra empresa de Alcivan, a Elo Consultoria. O depoimento de Ivaldo foi considerado positivo pelos promotores do caso. "Foi bastante esclarecedor. Embora tenha dados que precisem de uma confrontação documental, o depoimento de Ivaldo nos ajuda em muita coisa", disse o promotor Jarbas Adelino Júnior, que integra o GCia.

Os outros vereadores que compareceram aderiram à estratégia de manter-se em

de não prestar depoimento. A orientação dos advogados se tornou comum entre os políticos investigados, que prometem se explicar apenas em juízo. "O momento de falar não é agora. Esse momento vai ser o da instrução judicial. De modo que não há nada de estranho em um cliente receber a orientação de invocar a regra constitucional do silêncio", argumenta o advogado Carlos Alberto Menezes, que defende Augusto do Japãozinho.

Os próprios parlamentares, ao serem abordados pelos jornalistas, também se esquivaram das perguntas, apesar de fazerem questão de entrar e sair pela porta da frente da Delegacia Plantonista, na Rua Laranjeiras. "Estou entrando pela porta da frente, vou sair pela mesma frente, e no momento oportuno, tudo vai ser esclarecido. É só isso que tenho a falar pra vocês", afirmou Daniela Fortes. No entanto, os cinco parlamentares que se calaram saíram juntos, aproveitando o momento em que o advo-

caos jornalistas para repetir a mesma explicação. Para hoje, está marcado o depoimento do vereador Dr. Gonzaga (PMDB), mas há a possibilidade de que outros depoimentos sejam antecipados, como o do próprio ex-vereador Alcivan.

O promotor Jarbas Adelino garantiu que, mesmo com a estratégia dos vereadores em silenciar nos depoimentos, há provas que confirmam a ocorrência de crimes de peculato, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal, envolvendo serviços que não eram prestados pelas empresas de Alcivan aos 15 vereadores investigados. "Eles tiveram a oportunidade de apresentar provas que por ventura possam favorecê-los. Mas se a defesa tem esse procedimento, é direito deles e vamos aguardar. Em nenhum momento, a acusação pode se basear em depoimentos da própria defesa. A gente já tem provas suficientes do cometimento dos crimes, mas nós aguardamos sim pelo que eles têm a di-